

Congresso controlará Exceções

Arquivo 09/05/85

Silvio Donizzetti

O principal avanço dentro do capítulo da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas



do projeto de Constituição é a transferência do poder de decretar o estado de sítio do presidente da República para o Congresso Nacional, na avaliação do ex-deputado João Gilberto, diretor do Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte, órgão criado pela UnB.

João Gilberto lembra que de acordo com a atual Constituição, o Presidente decreta o estado de sítio e depois submete sua decisão ao Congresso. Quanto ao estado de emergência e medidas de emergências, instrumentos mais brandos, a iniciativa também pertence ao chefe do Executivo que deve comunicar sua decisão ao Congresso, o qual não pode anular os atos presidenciais. Em qualquer um dos três casos, nem o Legislativo nem o Judiciário têm poderes para fiscalizar as medidas impostas durante o período de exceção.

Já no texto da Comissão de Sistematização, a defesa do Estado é feita através do estado de sítio e o estado de defesa, ambos os instrumentos controlado pelo parlamento. "No caso do estado de sítio, o presidente da República solicita ao Congresso a decretação da medida, pretensão deverá ser aprovada ou rejeitada pelos deputados e senadores. Quanto ao estado de defesa, o Presidente decreta e submete sua decisão ao Congresso que dará a palavra final sobre o assunto. "Nos dois casos, o Legislativo nomeia uma comissão que acompanhará a execução das medidas necessárias sendo que todos os atos podem ser submetidos ao Judiciário" explica o ex-parlamentar.

Ele acrescenta ainda que o projeto de Constituição determina também, como precaução em defesa dos direitos humanos, que o presidente da República preste contas dos atos baixados durante o estado de Sítio ou o estado de Defesa e enumere as pessoas que tenham sido atingidas pelas medidas. Ao contrário do que ocorre hoje, as imunidades parlamentares são mantidas durante o período de exceção e só podem ser suspensa por decisão de dois terços do Congresso Nacional, assim mesmo por atos praticados fora do prédio do Legislativo.

A seu ver, o capítulo da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas está adequado às necessidades do País e o controle democrático necessário. João Gilberto ressalva, no entanto, que há uma desconfiança na área militar devido à exigência do texto de que o estado de sítio seja decretado pelo Congresso. Os militares defendem que a competência para decidir sobre o assunto seja do presidente da República.

Forças Armadas

Com relação a função dos militares, João Gilberto explica que as mudanças previstas no projeto de Constituição em poucos pontos difere do que é estabelecido pela atual Carta.

"Hoje, a Constituição define as Forças Armadas como indispensáveis para a política de segurança nacional e diz que ela se presta à defesa da pátria, à garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem. As principais alterações, explica João Gilberto, são as seguintes: 1) retira a referência à segurança nacional; 2) a expressão poderes constituídos muda para poderes constitucionais; 3) a garantia da lei e da ordem será feita pelas Forças Armadas por iniciativa de um dos três poderes, Executivo, Legislativo ou Judiciário; 4) uma lei complementar irá definir as normas para o emprego das Forças Armadas".

Atualmente, as pessoas que não podem prestar o serviço militar por motivos religiosos convicção pessoal perdem a cidadania brasileira. Pelo projeto aprovado na Comissão de Sistematização, caberá às Forças Armadas oferecer um serviço alternativo.

Na questão da autonomia das PMs, a Constituinte ainda não conseguiu avançar em relação à situação atual. Assim, as PMs permanecem como forças auxiliares e reservas do Exército, situação que entra em choque com a autonomia dos estados uma vez que as polícias militares são mantidas pelos governos estaduais.



O ex-deputado João Gilberto acredita num avanço progressista no texto da nova Constituição

Genoíno prevê Carta com poucos avanços

Gerson Menezes

"O projeto que saiu da Comissão de Sistematização da Constituinte não é avançado. Mas no Brasil nós temos uma classe dominante que não quer ceder em nada, só quer ganhar, e nem sequer esse projeto da Comissão ela quer aceitar".

A afirmação é do deputado José Genoíno (PT-SP), que se diz pessimista em relação ao resultado da Constituinte, mas adverte que haverá contestação à nova Carta caso ela não atenda aos mínimos direitos populares. "Caso, o 'Centrão' insista em fazer uma Constituinte à sua imagem e semelhança, nós não nos comprometemos com ela", avisa o parlamentar.

Genoíno diz que, ao contrário do que muitos apregoam, o atual Congresso não reflete o perfil da sociedade brasileira, "pois as eleições de 1986 foram deformadas pelo poder do dinheiro e pela demagogia do Plano Cruzado". Em decorrência dessa defasagem entre o real perfil do País e o da Constituinte, ele prevê a elaboração de uma Constituição conservadora nas questões centrais, "com algumas pequenas tinturas progressistas no que se refere aos direitos individuais e liberdades políticas".

O parlamentar prevê que, nas relações de poder e mecanismos coercitivos do Estado e nas relações de propriedade e direitos dos trabalhadores, não se terá uma Constituição avançada. Sobre o projeto resultante da Comissão de Sistematização, observa que há evidências de que não ocorreram os avanços desejados. "Em relação ao papel das Forças Armadas, foi mantido o que dispõe a Constituição de 1967; em relação ao Poder Judiciário, não se mudou nada também, o mesmo ocorrendo em relação à Ordem Econômica, a

não ser no tocante à distribuição de petróleo "(referindo-se à aprovação de emenda que estabelece a estatização da distribuição de derivados de petróleo, que no entanto sofreu várias contestações e provavelmente será derrubada em plenário)".

Sucessão

O deputado José Genoíno afirma que o PT vai concorrer à próxima eleição presidencial com o objetivo inicial de apresentar ao País um programa de governo e promover uma campanha politizada em torno dos grandes problemas nacionais da crise, além de apresentar "um bom candidato". Admite, no entanto, que a vitória é difícil, embora seja importante participar para "politizar a disputa". Por esta razão, segundo ele, o interessante será radicalizar na apresentação de soluções.

Toda eleição no sistema capitalista, segundo ele, "é deformada". Ele observa que o PT participa do jogo político sabendo dessas dificuldades, mas de qualquer modo considera que a eleição será importante por se constituir numa "experiência nova" para um povo que há tanto tempo não vota para Presidente da República.

Presidencialista convicto, Genoíno acha que no parlamentarismo as deformações do sistema capitalista ainda se fazem sentir com mais intensidade. Com essa forma de governo, segundo ele, as elites administram melhor seus interesses. "O parlamentarismo, no Brasil, não é garantia de um sistema democrático", diz ele, argumentando que o voto proporcional, embora sujeito a deformações, tende a evidenciar melhor o controle das forças conservadoras, enquanto o voto distrital (empregado no parlamentarismo) é a "legitimação do curral eleitoral do poder econômico".

Projeto limita salário e ainda fortalece TCU

O projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, se mantido pelo plenário da Constituinte, vai criar mecanismo de controle público e coibir os salários absurdos como os pagos aos chamados «marajás» das administrações federal e estaduais.

Além disso, o projeto dá mais força ao Tribunal de Contas da União (TCU) que vai ter poderes de interromper atos considerados irregulares. Atualmente, o TCU tem que solicitar ao Congresso Nacional que decida sobre a suspensão ou não de medidas consideradas ilegais.

O texto traz ainda um capítulo sobre a administração pública que prevê sanções como a perda da função pública, a suspensão dos direitos políticos e a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário nos casos de improbidade administrativa.

A proposta de Constituição prevê ainda algumas regras para tentar coibir práticas de nomeação de parentes, o chamado nepotismo. O parágrafo 9º do artigo 44, re-

lativo à administração pública, estabelece, por exemplo, que «salvo em virtude de concurso público, o cônjuge e o parente até segundo grau, em linha direta ou colateral, consanguíneo ou afim, de qualquer autoridade, não pode ocupar cargo ou função de confiança, ainda que sob contrato, em organismo a ela subordinados».

Também quanto aos altos salários pagos aos «marajás» da administração pública, o projeto de Constituição prevê no artigo 44, parágrafo 6º uma escala de valores entre o maior e o menor salário para o funcionalismo. «A lei fixará a relação de valores entre a maior e a menor remuneração da administração pública, direta ou indireta, observados, como limites máximos e no âmbito dos respectivos poderes, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, por membros do Congresso Nacional, ministros do Supremo Tribunal Federal e ministros de Estado e seus correspondentes nos Estados e municípios». (S.D.)

Britto quer definições com novo ano

O vice-líder do PMDB na Constituinte, deputado Antonio Britto (RS), aponta três necessidades básicas a serem resolvidas, para que 1988 se firme como um ano positivo na história do Brasil: "A conclusão dos trabalhos da Constituinte, a realização de eleições presidenciais e a adoção de medidas firmes pelo Governo que evitem o agravamento da crise econômica". O caminho para esses objetivos, aponta ele, é o entendimento, "não a radicalização".

Na sua opinião, 1988 começa cercado de dificuldades. "A primeira e mais grave: a economia, onde o País está paralisado desde o empresário, que não investe por desconhecer as regras do jogo, ao trabalhador, que sofre barbaramente os efeitos perversos dessa situação: de um lado a inflação, de outro a recessão".

Complicações

Britto entende que o problema econômico tem solução que passa pela via política, e considera que, nesse campo, também, "as coisas têm complicado, porque a Assembleia Nacional está tendo um trabalho moroso e serviu de palco para radicalizações condenáveis". Assim, julga que a vertente política concentrada na Constituinte acaba agravando as dificuldades econômicas, enquanto em outro âmbito, mas ainda político, "o Governo se mostra fraco, desorganizado e não consegue enfrentar a crise".

"É nesse círculo vicioso que temos andado", avalia o deputado, para quem a conclusão dos trabalhos constituintes, a realização do pleito presidencial e a adoção de medidas firmes pelo Governo surgem como necessidades imprescindíveis. No caso da eleição, o vice-líder considera que ela definirá o Governo e o partido de sustentação, além de garantir-lhe a legitimidade pelas urnas. Mas Britto ressalta que enquanto se elabora a Constituição e se elege o Presidente, a crise continuará.

"O PMDB inchou, e está agora diante de um desafio — ou se adapta às novas circunstâncias e enxuga seus quadros, define sua mensagem e faz o que prega, ou passará por um agudo processo de penalização", frisou Antônio Britto.

Para Virgílio, crise preocupa

Ao contrário de 90% das elites brasileiras, um moderado otimismo com relação ao próximo ano é o que o senador Virgílio Tavora (PDS-CE) diz ter, caso o Governo decida transformar as palavras em atos. Do contrário, confirma que a conjuntura atual é muito grave e, a continuar como está não poderá ser tão esperançoso.

O que mais preocupa o senador é o médio e longo prazo da economia, antevendo sua argentinização ou portugalização, com a obsolescência à vista do parque industrial e as dificuldades na área da previdência e assistência social, que é ilusória e não tem base para se transformar efetivamente na realidade.